

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**O PARQUE INFANTIL “LEONOR MENDES DE BARROS” DA CIDADE DE
ARARAQUARA (1941-1971)**

São Carlos – 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**O PARQUE INFANTIL “LEONOR MENDES DE BARROS” DA CIDADE DE
ARARAQUARA (1941-1971)**

Monografia apresentada à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Marisa Bittar e co-orientação da Prof^a Dr^a Ester Buffa do curso de Pedagogia da UFSCar.

Mônica Pereira R. A. 260959

São Carlos – 2008

“Quando se perde a rua São Bento, os nossos olhares tomam-se de súbito de uma curiosidade que não é bem curiosidade, mas sim prazer indefinível. É que se projeta com toda a magnificência possível o Parque Infantil de Araraquara”.

Victor Lacorte (12/09/1942)

Aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Às minhas queridas orientadora e co-orientadora, Marisa Bittar e Ester Buffa.

Aos professores da UFSCar, tão importantes na minha formação.

Aos meus amigos e familiares, responsáveis por grande parte do que sou.

RESUMO

O trabalho pretende resgatar a memória educacional, histórica e social dos parques infantis do Estado de São Paulo entendendo a criação de sua proposta e de sua implantação, tendo como principal objeto de análise o Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” da cidade de Araraquara, a primeira instituição pública local que passou a realizar o atendimento de crianças com idade inferior a sete anos. Sua inauguração ocorreu no ano de 1941 sendo um grande marco para a cidade, pelo impacto que proporcionou às pessoas na época e também pelo valor histórico que possui. A pesquisa sobre essa instituição é de relevância para os estudos sobre instituições educativas, para o estudo da história da educação brasileira e também para a compreensão da história da infância e das condições em que estas eram educadas, no período.

Palavras-chave: Educação infantil, Parques infantis, Instituições educativas

ABSTRACT

This report intends to retrieve the educational, historical and social memories of the Public Early Childhood Educational Centres, known as “Parque Infantis” in São Paulo State. Founded in 1941 “Parque Infantil Leonor Mendes de Barros” was the first local Institution able to cater for children under the age of 7 years old in the city of Araraquara. The aim of this paper is to analyse the impact that this institution had on the people from that period and its historical value. Another important matter to highlight is the importance of the Educational Institutions for the Development of the Brazilian Educational System History and also the development of Early Childhood Centres in that period of time.

Key words – Early Childhood Education, “Parque Infantis” , Educational Institutions.

SUMÁRIO

	p
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - O ESTUDO SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES.....	12
1.1 – Uma linha de investigação.....	12
1.2 - Diretrizes teóricas e fontes.....	14
CAPÍTULO 2 – UM BREVE APONTAMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR.....	19
2.1 – A institucionalização da infância.....	19
2.2 – A assistência à infância.....	21
CAPÍTULO 3 - A CRIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	25
CAPÍTULO 4 - O PARQUE INFANTIL “LEONOR MENDES DE BARROS”	31
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2007 participo do grupo de pesquisas “História e Filosofia de Instituições Escolares” um dos motivos que justifica o meu interesse e escolha pela temática. Estudar a história do Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros”, além de resgatar a memória de tal instituição educativa pode também contribuir para um maior conhecimento de Araraquara/SP, minha cidade natal, pela qual possuo muito carinho.

Esse trabalho procura contribuir para o resgate da memória educacional, histórica e social dos parques infantis do Estado de São Paulo entendendo a criação de sua proposta e de sua implantação, como o seu projeto foi desenvolvido e qual foi a relação da criação do Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” com a cidade de Araraquara.

Este parque foi o pioneiro a realizar o atendimento de crianças com idade inferior a sete anos. Sua inauguração ocorreu no ano de 1941 sendo um grande marco para a cidade, pelo impacto que, proporcionou à época e também pelo valor histórico que possui. Entre seus principais objetivos o Parque foi construído para atender crianças de famílias de baixa renda, com a proposta de assistir, recrear e educar.

Para a realização do trabalho fiz um levantamento bibliográfico de fontes como livros, artigos, dissertação de mestrado, consultei arquivos históricos da cidade e também o arquivo da instituição pesquisada e realizei entrevista com um ex-aluno do Parque. Portanto, desenvolvi uma pesquisa bibliográfica e documentária.

Devo ressaltar que, apesar de muita procura, foram encontradas poucas fontes sobre o Parque já citado. Tive mais acesso a fotos, algumas matérias de jornais, mas a maioria das fontes encontradas era dos anos de 1970, justamente quando a instituição deixou de ser Parque Infantil. Esse fato impediu a obtenção de uma maior riqueza de informações e detalhes sobre o Parque. Entretanto, a entrevista que realizei com um ex-parqueano, apesar de ser uma fonte oral, foi muito precisa e significativa.

A pesquisa sobre essa instituição é relevante para os estudos sobre instituições educativas, para o estudo da história da educação brasileira e também para a compreensão da história da infância e das condições em que estas estavam sujeitas. Foi a partir do início do século XX que ocorreu no Brasil uma maior valorização e atenção atribuída à criança. Neste contexto os parques infantis foram as primeiras instituições brasileiras que passaram

a valorizar a infância. Tal valorização também foi dada por Mário de Andrade, o grande poeta e também idealizador dos parques infantis.

Mário de Andrade [MA] adorava criança. E a grande preocupação dele era com o menor do meio operário. Eu me lembro bem de que primeiro parque infantil (...) já levantava a preocupação de como criar parques para as crianças de operários. (FERRAZ apud Faria, 2002, p 122).

No primeiro capítulo – *Os estudos sobre instituições escolares* - apresento algumas considerações sobre a pesquisa de instituições educativas. Trata-se de uma área de valor e contribuição para a história da educação brasileira, que apresenta um significativo aumento de sua importância no decorrer dos anos e principalmente após a década de 1990 com a consolidação da pós-graduação no país. O estudo sobre instituições envolve a preservação da memória de uma época.

No segundo capítulo – *Um breve apontamento sobre a educação pré-escolar* - realizo de forma sucinta a história da educação infantil entre as décadas de 1930 e 1940, com a intenção de compreender o processo de institucionalização da educação da criança, para entender a criação dos parques infantis.

No terceiro capítulo – *A criação dos Parques Infantis no Estado de São Paulo* - será abordada a criação dos Parques Infantis no Estado, buscando compreender quais eram as principais características dessas instituições, os objetivos de sua criação, o público atendido, entre outros.

O quarto e último capítulo – *O Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros”* – tratará especificamente da instituição pesquisada, apresentando sua criação na cidade, o público atendido, as atividades que eram realizadas e o impacto que teve na cidade. Este capítulo contou com a colaboração de um ex-parqueano, que frequentou a instituição desde sua implantação.

Na conclusão do trabalho, busco analisar a contribuição de tais instituições para as crianças brasileiras, a sua importância na história das instituições escolares e também a relevância da tríade entre ensino, pesquisa e extensão para a formação do profissional da educação.

Este trabalho busca apresentar a preservação da memória da época, apesar das dificuldades encontradas no levantamento das fontes documentais, contribuindo para a

história da cidade e da instituição, para o entendimento da institucionalização da educação da criança com idade inferior a sete anos e também para a construção da pedagogia da educação infantil.

CAPÍTULO 1 - O ESTUDO SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

1.1 – Uma linha de investigação:

A disciplina de História da Educação começou a ser ensinada regularmente após a criação do curso de Pedagogia no ano de 1939, o que acarretou um aumento dos estudos, pela necessidade de investigações específicas da área. Desde a origem do curso de Pedagogia até aos anos de 1960, a disciplina de história da educação ocupava lugar central no currículo do curso.

Saviani (2005) aponta em seu texto que, a partir de 1970, em decorrência da aprovação, em 1969, do parecer n. 252 do então Conselho Federal de Educação, a situação da disciplina de História se alterou devido à introdução das habilitações pedagógicas no currículo do curso de Pedagogia, reduzindo os espaços antes reservados para as disciplinas de fundamentação da educação.

A área de Educação, ao ser instituída nas universidades, já seria um objeto não só do ensino, mas também da pesquisa. Para isso foi necessário o estímulo aos cursos de Pedagogia para transformá-los em espaços de pesquisas e estudos educacionais. A partir de 1960, os estudos na área de História da Educação tiveram um grande desenvolvimento, principalmente na Europa, com consideráveis impactos na pesquisa brasileira. Foi a partir de 1969 que houve um grande desenvolvimento das pesquisas na área da educação e mais especificamente na área de História da Educação. Saviani (2005) atribui este avanço à institucionalização dos programas de pós-graduação brasileira a partir de 1969.

Nos anos de 1970 os estudos específicos sobre instituições escolares foram raros, já em 1980, os estudos sobre instituições de ensino foram um pouco mais frequentes. Um notável crescimento dos estudos e pesquisas realizados nesta linha de investigação ocorreu nos anos de 1990 e 2000, e a partir disto a pesquisa sobre instituições escolares vem ocupando cada vez mais espaço na área de pesquisa da história da educação.

Os estudos sobre instituições escolares representam atualmente um tema de pesquisa bastante significativo entre os historiadores da educação. Os estudos sobre instituições escolares têm sido realizados, em sua maioria nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs). Tais estudos são utilizados para a realização de dissertações, teses, monografias, livros e artigos, sendo uma linha de pesquisa em ascensão.

As instituições são criadas para o homem e pelo homem, para atender e satisfazer às necessidades humanas. A palavra instituição é derivada do latim e apresenta variações de significados que podem ser definidas de quatro maneiras: “1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; doutrina” (TORRINHA apud SAVIANI, 2007, p.3). Para Saviani (2007) a expressão “instituição escolar” soa como um pleonasma, pois o autor acredita que todas as instituições são educativas e, portanto, a idéia de educação já estaria contida no conceito de instituição.

Em estudos efetuados pelo grupo de pesquisas sobre a História e a Filosofia das instituições escolares, coordenado por Ester Buffa¹ (2007) e Paolo Nosella², foi realizado um levantamento da produção escrita sobre instituições escolares, através da consulta, em diversos acervos, de dissertações e teses defendidas nos diversos PPGEs, que apontou as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas como as mais pesquisadas.

Justino Magalhães (2005), professor da universidade de Lisboa, em análise da produção científica do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, realizado no ano de 2003, constatou que há uma grande diversidade temática e metodológica além de uma integração entre a pesquisa e o ensino. Para Magalhães (2005) a história da educação tem desempenhado um trabalho ligado não apenas à função da informação, mas também uma função enciclopédica, problematizadora e inquiridora da realidade, o que marca uma renovação metodológica e conceptual da produção.

A produção historiográfica apresenta uma inovação e também se observa, segundo Magalhães (2005), uma fragmentação dos temas, e estes estão cada vez mais representados em formas de artigos capítulos de livros entre outros. Segundo análise do autor, o referido congresso apresentou uma unidade temática de base, centrada na história das instituições escolares, buscando a compreensão de sua estrutura, meios didáticos e pedagógicos, do contexto política e social. Para Magalhães:

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de

¹ Professora titular (aposentada) de história da educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professora do PPGE/Uninove.

² Professor titular (aposentado) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professor do PPGE/Uninove.

análises da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar. (2005 p. 98)

Os estudos sobre as instituições envolvem a preservação das informações das memórias e dos acervos documentais. É através dos estudos sobre a história das instituições educacionais que a história da educação constrói um objeto de conhecimento amplo, interdisciplinar e que relaciona a ação e a reflexão. “A história é parte integrante das tomadas de decisões e das reflexões quanto ao presente e ao futuro, é o fator de identidade”. (MAGALHÃES, 2005, p. 98).

1.2 – Diretrizes teóricas e fontes:

Para a realização da narração da história de uma instituição é indispensável que se considere a criação e a implementação da escola, bem como o contexto social e econômico que esta foi criada. É necessário compreender a evolução da escola, suas mudanças, suas instalações, seu prédio, sua cultura, seus professores, o significado social de tal instituição escolar analisando a trajetória de ex-alunos que revelam a natureza da escola e da sociedade em que os formandos se inserem, analisando a sociedade que produziu a escola e a sociedade que a escola produziu.

No final do século XIX e início do século XX até os anos 1970 os estudos sobre história e história da educação eram baseados no positivismo. O positivismo considera que a sociedade é regida por leis naturais, independentes da vontade e da ação humana. Para o historiador positivista, as únicas fontes dignas de confiança são os documentos escritos, pois a história se faz com os documentos, portanto o melhor historiador é aquele que se aproxima mais dos textos.

Fustel de Coulanges, historiador positivista afirmou que: “a única habilidade do historiador consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm” (apud BUFFA, p. 81). Os temas abordados na história da educação positivista são ligados à legislação escolar ou ao pensamento pedagógico de importantes pensadores, sendo temas possíveis de serem encontrados em textos e documentos. Saviani (2007) acredita que a história das instituições escolares foi

baseada nas formas de organização das mesmas, a partir da análise de documentos, do que a partir das análises das práticas por elas desenvolvidas.

Nos anos 1970 e 1980, com a institucionalização da pós-graduação, o materialismo histórico é adotado para a realização dos estudos em história e história da educação, em alguns PPGes. Esta nova abordagem, ao contrário do positivismo, passa a analisar a sociedade capitalista, como naturalmente conflituosa, e neste contexto, passa a se valorizar mais os estudos voltados para a compreensão das relações amplas entre sociedade capitalista e a escola.

No final dos anos 1980 e início de 1990, o materialismo histórico é por muitos abandonado, seja devido a interpretações equivocadas, ou pelo fracasso do socialismo real. Novas abordagens, com influências da chamada nova história francesa, geraram transformações nos objetos, nas concepções de história e na maneira de trabalhar dos historiadores. Passaram a se estudar temas como a história da vida privada, da vida doméstica, religiosa, sexual, objetos que até então eram negligenciados. O conceito de fonte se alarga, já que para esta abordagem os documentos escritos não são as fontes mais preciosas.

Nos anos de 1990 ocorre a consolidação da pós-graduação marcada pela crise dos paradigmas, um movimento anti-marxista. Apresenta-se uma nova história, uma história cultural, e uma nova sociologia, a sociologia francesa que constituíram as matrizes teóricas das pesquisas realizadas. Outros temas de estudo são privilegiados, como cultura escolar, formação de professores, entre outros. Entretanto, alguns estudiosos argumentam que tais estudos trazem poucas contribuições para o entendimento da totalidade da educação brasileira.

Para a pesquisadora Ester Buffa (2001), que nos últimos anos juntamente com o pesquisador Paolo Nosella realiza pesquisas históricas sobre instituições escolares e possui como objeto significativas instituições escolares da cidade de São Carlos/SP, o objeto de pesquisa deve estar vinculado com o universal. Os pesquisadores procuram elaborar trabalhos com uma história não apenas factual ou descritiva, mas também interpretativa. Utilizam categorias de análises, baseada na proposta de André Petitat³, assim procura

³ André Petitat realizou estudos sobre o surgimento dos colégios franceses no século XVI. (apud BUFFA, 2001, p. 84).

investigar o processo de criação e instalação da escola, caracterização do espaço físico escolar, a arquitetura, os conteúdos escolares, a legislação, a origem social da clientela e também utiliza alguns procedimentos técnicos, como análises de documentos da escola, jornais e entrevistas.

Buffa (2005) cita em seu texto a diferenciação feita por Manacorda sobre as fontes diretas ou indiretas para a investigação da história da educação, sendo que as fontes diretas são aquelas que tratam explicitamente da educação e as indiretas ou secundárias que possuem outros objetivos, mas podem contribuir significativamente para o conhecimento da educação e do ensino.

Ester Buffa (2005) exemplifica o uso da categoria do espaço que tem levado a consideração dos diferentes aspectos da arquitetura escolar, e das fontes indiretas, em um estudo que realizou em conjunto com o arquiteto e professor da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP), Gelson de Almeida Pinto, sobre a organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas do surgimento em 1893 até sua extinção em 1971. União entre arquitetura e educação que proporciona um enriquecimento para os estudos sobre instituições escolares.

Segundo Buffa (2001), “Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade”. (p. 84). Com isso a pesquisadora ressalta a relevância da pesquisa sobre instituições escolares, buscando preservar o que ainda resta da memória educacional.

Segundo Gatti e Pessanha (2005) os trabalhos realizados na área de instituições escolares destacam-se pela preocupação com o processo de criação e desenvolvimento das instituições educativas, como o saber, o espaço físico, sendo realizados trabalhos interpretativos da história que vinculam o particular com o geral.

José Luiz Sanfelice, pesquisador do HISTEDBR, se refere às instituições escolares e educativas entendendo a instituição escolar em um sentido fechado e a instituição educativa em um sentido mais amplo podendo ser igrejas, sindicatos etc. Para Sanfelice, o historiador deve estar atento quanto à relação entre o particular e o geral, buscando entender o verdadeiro sentido da identidade da instituição. Segundo o autor:

No interior das instituições há um quebra cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade. (SANFELICE, 2007, p. 77)

Entretanto, a identidade de uma instituição não estará identificada em sua plenitude somente com a análise do interior de seu prédio, portanto, é necessário entender cada parte de seu interior, relacionando-os também com o seu exterior, analisando seu entorno. O pesquisador deve estar atento para não priorizar o seu olhar em uma só coisa e se privar das outras.

Nosella e Buffa estabelecem como categorias de pesquisa os seguintes aspectos das instituições: “1. Origem, criação, construção e instalação. 2. Prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço). 3. Mestres e funcionários (perfil). 4. Clientela (alunos, ex-alunos). 5. Saber (conteúdos escolares). 6. Evolução. 7. Vida (cultura escolar: prédios, alunos, professores e administradores, normas)”. (apud GATTI JR; PESSANHA, 2005, p. 82).

Para Ester Buffa e Paolo Nosella (apud GATTI JR; PESSANHA, 2005) o conceito de trabalho é uma categoria fundamental. Segundo esses autores o trabalho influencia os processos educativos dos homens e a configuração das instituições, pois acreditam que existe uma complexa integração histórica entre o mundo do trabalho e a escola.

Gatti (2005) aponta a importância do uso das categorias de análises servindo de roteiro que auxiliam o processo investigativo, gerando um maior conhecimento dos elementos que conferem identidade à instituição educativa, atribuindo a esta um sentido único no contexto espacial e social em que está inserida.

O pesquisador de instituições escolares também tem contribuído para a recuperação e organização de documentos, registros ou arquivos escolares significativos tanto para a preservação da memória da instituição quanto para o enriquecimento da pesquisa. Na maioria das vezes os documentos que registram a história da instituição não estão disponíveis nem para a consulta, ou se encontram em porões ou em outros espaços da escola estando praticamente abandonados. Com isso uma das primeiras etapas do trabalho

do pesquisador é a organização de tais fontes. O arquivo proporciona ao pesquisador o primeiro contato com o que irá se estudar.

As novas pesquisas sobre instituições escolares estão rompendo com as perspectivas descritivas e com os arquivos documentais da escola, não que estes sejam desprezados, pois também contribuem para a pesquisa, mas os historiadores estão buscando ampliar os enfoques o que aprofunda a investigação e a reflexão. Com isso, as fontes estão sendo construídas ao longo da pesquisa.

Quanto ao acervo documental sobre a instituição pesquisada, poucos dados foram descobertos, os materiais mais encontrados foram fotos e registros de comemorações, que em sua maioria eram dos anos de 1970, década em que a instituição deixa de ser Parque Infantil. Contudo, pude realizar uma entrevista com um ex-parqueano, que apesar de ser uma fonte oral, trouxe contribuições para o trabalho.

Entender e analisar a origem e a instalação da escola, buscando compreender o público atendido, seus conteúdos e organização espacial etc, é um trabalho que contribui para o entendimento da história da educação e também para a preservação da memória de tal instituição escolar.

No próximo capítulo pretendo desenvolver sucintamente a trajetória da educação infantil nos períodos de 1930 e 1940, para compreender o processo de institucionalização da criança nas escolas, com a intenção de compreender a necessidade de criação dos parques infantis para as mesmas.

CAPÍTULO 2 – UM BREVE APONTAMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

2.1 A institucionalização da infância:

As propostas sobre instituições de educação infantil no Brasil começam a ser discutidas no século XIX. A implantação de um número maior de instituições ocorreu no século XX e até a década de 1970 houve um lento processo de expansão. O aumento significativo destas instituições acelerou-se no final do século XX e a legislação apresentou o vínculo de todas as instituições com os organismos educacionais.

Segundo Kuhlmann Jr (2005) a primeira creche a ser criada no país foi no Estado do Rio de Janeiro em 1899, ano em que a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro foi criada. Esta creche atendia os filhos dos operários da Fábrica de Tecidos Corcovado. Na cidade de São Paulo, com a criação da Associação Feminina e Beneficente e Instrutiva em 1901, foram organizadas as primeiras escolas maternas e creches agregadas a asilos para órfãos em todo o Estado.

A proteção à infância começa a ganhar ímpeto com a articulação e criação de associações e com a organização de instituições educacionais para as crianças pequenas. “Cuidar da Infância” é o nome da conferência de Amadeu Arruda Penteadó em Ribeirão Preto interior de São Paulo em 1920. O Departamento da Criança no Brasil (DCB), fundado em 1919, registra e fornece um serviço de informações sobre as instituições privadas ou oficiais dedicadas à proteção da infância. Percebe-se através de tais iniciativas que os adultos passam a ter um olhar diferente para as crianças com idade inferior a sete anos.

Um outro evento que traz como tema a criança é o “I Congresso de Proteção à Infância” que correu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1922, próximo à semana de arte moderna. No congresso seguinte foram discutidos temas variados com relação à infância, assim como a importância do caráter médico-higienista das instituições, considerada por alguns uma concepção avançada e moderna na época.

No mesmo congresso em 1922 foi apresentado o primeiro levantamento realizado pelo DCB no ano de 1921, registrando apenas 15 creches e 15 jardins-de-infância, número este que segundo o DCB, no ano de 1924, apresentou o registro de 47 creches e 42 jardins-de-infância. Para Kuhlmann Jr. (2005):

Entretanto esse movimento, ao mesmo tempo em que faz a defesa da criança, carrega os limites da concepção da *assistência científica*, que vê com preconceito a pobreza e trata das instituições como dádivas e não como direito. A educação assistencialista promove uma *pedagogia da submissão*, que pretende preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deve gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades.(p. 184)

Embora as creches e pré-escola para pobres tenham ficado alocadas à parte dos órgãos de educação, no Estado de São Paulo, desde 1920, a legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar serviços aos filhos dos operários, que se localizavam próximas às fábricas. As poucas fábricas que atendiam aos filhos dos trabalhadores prestavam cuidados às crianças desde o berçário.

Com a criação das creches, os cargos de maior prestígio dentro das escolas, como o de supervisor e o de inspetor, este último criado em 1925, eram ocupados por pessoas que possuíam qualificação profissional, ao contrário das professoras que não possuíam tal qualificação. Segundo Kuhlmann Jr. (2005) a pedagogia começa a ser vista como arte e ciência no ano de 1920 e há uma difusão das idéias de Montessori.

Com relação à regulamentação do trabalho feminino, que segundo o autor, foi dada pela primeira vez no ano de 1923 alegando que as indústrias deveriam facilitar a amamentação durante a jornada de trabalho, além de instalar creches ou salas de alimentação próximas aos locais de trabalho. Em 1932 as creches se tornaram obrigatórias em estabelecimentos com mais de 30 trabalhadoras maiores de 16 anos. Foi também neste ano, com o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova, que surge a proposta de desenvolvimento para as instituições pré-escolares.

Na Conferência Nacional de Proteção à Infância realizada no ano de 1933 no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira enfatizou a importância da criança pré-escolar ser vista também sob o ângulo do desenvolvimento e formação de hábitos envolvendo habilidades mentais, a socialização e a importância dos brinquedos para tal desenvolvimento.

No Rio Grande do Sul e em São Paulo, surge outra instituição, o Parque Infantil. Começa se estruturar no município de São Paulo com vínculos com o Departamento de Cultura dirigido por Mário de Andrade de 1935 até o ano de 1938, com Nicanor Miranda na chefia da divisão de Educação e Recreio, cargo que exerceu até o ano de 1945. Uma característica distinta da instituição era a sua proposta de receber em um mesmo espaço as crianças de 3 a 12 anos, fora do horário escolar.

Na década de 1940 há uma expansão dos Parques Infantis para outras localidades do país, como para o interior do Estado de São Paulo. Mário de Andrade trouxe uma nova referência para a nacionalidade com elementos do folclore brasileiro da produção cultural e artística, das brincadeiras e dos jogos infantis. Mas tais instituições também enfatizaram o controle, a educação moral e a educação física.

2.2 A assistência à infância:

A palavra infância é originada do latim e significa incapacidade de falar. Nos dicionários de língua portuguesa a infância é considerada como “período de crescimento do ser humano que vai do nascimento até a puberdade. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069, de 13/7/90) a criança é a pessoa até os 12 anos incompletos”. (apud KUHLMAN, 1998, p. 16).

Para Kuhlmann Jr. (1998) as instituições de educação infantil estão relacionadas com a história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção e também com a história das demais instituições educacionais. Portanto, o autor conclui que a história da educação deve levar em consideração todo o período da infância. A história da educação, a história da família e a história da assistência são as principais vertentes que têm contribuído para os estudos sobre a história da infância.

Ainda com relação à contribuição para os estudos da história da infância, no campo da história da educação, além das contribuições da história das instituições escolares, a história do discurso pedagógico também trouxe uma importante contribuição para a história da infância a partir do estudo de autores como Comenius, Pestalozzi, Froebel, Rousseau entre outros.

Já a história da assistência tem produzido uma imagem do pobre como ameaça social a ser controlada, com isso as instituições cumprem a tarefa de apaziguamento. Essa lógica ainda persiste quando se reduz a história da infância à história de crianças pobres e abandonadas que vivem nas ruas e são sinônimos de “tombadinhas”. Esta concepção assistencialista das instituições se faz presente desde o início do século XX, com o lema “educar o pobre para proteger o rico”.

Com relação à pobreza, na Idade Média, esta era vista ao mesmo tempo como benção que devia se buscar devotamente e como desgraça que deveria ser suportada

pedosamente. No final do século XIX e início do século XX surgem novas concepções sobre a pobreza, novas leis são criadas e há também a criação de instituições sociais. Kuhlmann (1998) considera essas iniciativas de cunho assistencial a que denomina de “assistência científica” sendo sustentada pela fé na ciência e no progresso.

As instituições consideradas próprias da sociedade moderna foram as primeiras a serem implantadas, eram previstas instituições destinadas a resolver o problema da miséria, e vícios. Foram implantadas também instituições de educação infantil, como as salas de asilos e as creches, criadas para solucionar os problemas com os cuidados com a infância, em função da mulher estar no mercado de trabalho, mas o foco das instituições era os adultos das classes trabalhadoras nas escolas de aprendizes.

Instituições como creches, pré-escola e escolas profissionalizantes foram objetos de grande investimento principalmente na segunda metade do século XIX, mas estas instituições populares, segundo a análise de Kuhlmann, se tornaram sinônimo de preconceitos, pois, atendiam os necessitados e os incapazes com objetivos de disciplinar e atenuar as relações sociais. As instituições de educação infantil possuíram a característica de atender exclusivamente aos pobres.

A ausência de pesquisas educacionais sobre a educação infantil deve-se também a vinculação das creches com os órgãos de serviço social e não com o sistema educacional. Com a expansão das instituições de educação infantil, principalmente a partir da década de 1970, a crítica à educação compensatória trouxe à tona o caráter assistencial e discriminatório de tais instituições. Para Kuhlmann Jr. (1998):

As concepções educacionais vigentes nessas instituições se mostravam explicitamente preconceituosas, o que acabou por cristalizar a idéia de que, em sua origem, no passado, aquelas instituições teriam sido pensadas como lugar de guarda, de assistência e não de educação. (p. 166)

A história da educação infantil possuiu uma evolução linear passando da fase médica para a fase assistencial. O assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional destinada à submissão das classes populares. No Congresso Penitenciário educacional realizado em Londres no ano de 1872, já surgiu a discussão da criação de

instituições educacionais para prevenir a criminalidade (apud KUHLMANN Jr, 1998, p. 167).

Atualmente a educação infantil ganhou um pouco mais de prestígio por atingir a etapa educacional. Mas, segundo o Kuhlmann Jr., essa concepção pedagógica já existia nas instituições mais antigas. No caso da educação para as crianças com menos de 7 anos, começa a se reconhecer que tal criança é capaz de aprender e que a educação também pode acontecer nas instituições coletivas e não só no interior das famílias.

Também a valorização do brincar e do brinquedo esteve presente na história da educação infantil, sendo este considerado um instrumento educacional fundamental para o desenvolvimento das crianças. Kuhlmann (1998) explica que o fato das instituições não serem somente pensadas como abrigos de crianças serve também para a superação do sentimento de inferioridade da área na pesquisa educacional.

As várias causas que motivaram a criação das instituições de educação infantil estão ligadas ao desenvolvimento do emprego industrial e aos grandes centros urbanos. As instituições escolares vieram substituir a aprendizagem como meio de educação, a criança deixou de aprender a vida diretamente no meio dos adultos, passando a viver o que Kuhlmann chama de “quarentena na escola”.

Segundo Ana Lúcia Goulart de Faria:

O processo de institucionalização da infância (através da escola, das creches, pré-escolas etc.), ocupando-se dos cuidados físicos e morais das crianças pequenas, é uma necessidade que garante sua separação do contexto social de origem para transformá-las e fazer o suporte integrado de um novo sistema político e econômico constituindo-se em uma verdadeira obra de engenharia social. Com o pretexto de proteger sua inocência a criança é controlada disciplinada e educada dentro dos novos valores sociais dominantes (2002, p. 60).

O início da industrialização é característica da institucionalização da criança, que através do aumento de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, da nova estruturação da família, trouxe também o interesse, não só ter um lugar de “guarda” para os pequenos enquanto os pais trabalhavam, mas também de educar as crianças para futuro, seguindo os interesses do capitalismo, que faz uso do assistencialismo para alcançar seus objetivos.

Com o início da industrialização e da entrada da mulher nas fábricas, a educação das crianças pequenas se tornou um problema não só das famílias, como também do capital. A

história da educação das crianças na sociedade capitalista está estritamente ligada à história da mulher e de suas condições na sociedade, que necessita de escolas para educar os seus filhos. Portanto a história das instituições de educação infantil está ligada a história da mulher operária.

A partir da década de 1970, o Ministério da Educação passa a se ocupar da educação pré-escolar, visando solucionar os problemas com relação à pobreza e com os altos índices de reprovação no ensino de primeiro grau, implantando a educação compensatória com a pretensão de fornecer para as crianças de pouca cultura, meios para alcançarem sucesso na vida escolar.

Através dos anos as nomenclaturas foram mudando, os maternais passaram a atender a faixa etária de 2 - 4 anos de idade e os jardins da infância a faixa de 5 - 6 anos. Com isso, as nomenclaturas passaram para as turmas segundo suas faixas etárias. Na década de 1990 aparecem novas formulações para a educação infantil enfatizando a união entre o cuidar e o educar. Com isso alguns conteúdos escolares tornaram-se objetos de preocupação da educação infantil.

A criança vem se emancipando lentamente ao longo da história. Ao estudar a história de grupos marginalizados, como é o caso do grupo das crianças, percebe-se a falta de materiais e documentos sobre tais sujeitos. A história da infância é a reconstrução dos relacionamentos, da sociedade e das atitudes dos adultos com relação às crianças. Neste contexto a história das instituições vem contribuir para o entendimento da história da criança bem como para a história da educação.

No próximo capítulo será abordada a criação dos Parques Infantis no estado de São Paulo, com a intenção de compreender a institucionalização da criança neste espaço, quais eram suas principais características e propostas, quais atividades eram desenvolvidas, qual o público atendido e qual a contribuição de tais instituições à história da infância e da educação.

CAPÍTULO 3 - A CRIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O avanço da industrialização trouxe profundas transformações econômicas afetando o modo de vida no final do século XIX e início do século XX, realizando transformações na organização do trabalho e acelerando o ritmo de vida nas grandes cidades, como no caso da cidade de São Paulo. Nessa cidade, através do aumento do mercado de trabalho urbano, houve uma alta demanda nos bairros populares pela construção de Parques Infantis.

A força coletiva de trabalho representada por milhares de trabalhadores urbanos ganhou voz e passou a questionar as condições da vida urbana e também das relações de trabalho, reivindicando estas que ameaçavam o governo. Como forma de compensar as frágeis condições de vida e de trabalho surgem às iniciativas de atender os trabalhadores criando políticas assistenciais e urbanas, ambientes de lazer, como as praças, e instituições para as crianças de família operária, podendo com isso assegurar a reprodução da classe trabalhadora, preservando a mão-de-obra e o progresso industrial.

Desenvolvido na década de 1920 e institucionalizado na década de 1930, os Parques Infantis faziam parte de um ambicioso projeto político-pedagógico voltado para saúde, higiene, lazer e cultura. Sua origem possuiu relação com o surgimento da pedagogia e da psicologia moderna de ascendência franco-germânica utilizando o lúdico como forma de influenciar positivamente as emoções humanas e a recreação para estimular a solidariedade.

Tal projeto deveria proporcionar o tempo livre - uma extensão natural da jornada de trabalho, dialética que envolve tempo livre e tempo de trabalho, fruto da exploração capitalista - num espaço público de qualidade especialmente planejado para este fim. Os parques tiveram ideólogos do escolanovismo no Brasil e foram utilizados como um instrumento pedagógico não escolar para higienizar e educar a população, idealizando um projeto modernista de nação, que pretendia favorecer a inclusão social através da democratização do acesso à cultura e ao lazer.

Mario de Andrade também valorizava o tempo livre e em 1933 dizia:

Meu maior desejo é viver longe da civilização, na beira de algum rio pequeno da Amazônia, ou longe nalguma praia do mar do Norte brasileiro, entre gente inculta do povo. Meu maior sinal de espiritualidade é odiar o

trabalho, tal como ele é concebido, semanal e de tantas horas diárias, nas civilizações chamadas “crístãs”. O exercício da preguiça, que eu cantei no *Macunaíma*, é uma das minhas maiores preocupações. (ANDRADE apud FARIA, 2002,p. 175).

O momento em que os parques infantis foram criados é de grande importância para a história da educação, pois a década de 1930 é uma década de grandes acontecimentos e discussões para a educação brasileira. No ano de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, além disso, o movimento escolanovista e os ideais modernistas trouxeram grandes contribuições para a educação brasileira. Contribuições estas que atingiram até mesmo as crianças em idade pré-escolar que passaram a ser alvos de preocupações e interesses.

O prefeito de São Paulo, Dr. Fábio da Silva Prado, foi quem criou na década de 1930 o Serviço Municipal de Parques Infantis. Os seis primeiros parques eram localizados em bairros operários, beneficiando as crianças cujos pais possuíam uma grande carga horária de trabalho e com isso não poderiam se dedicar aos cuidados com os filhos. A educação infantil ganha maior valor, pois passa a se considerar que a ela cabe o futuro da nação.

Os Parques possuíam a proposta de atender crianças de 3 até 12 anos fora do horário escolar. As atividades mais comuns desenvolvidas nestas instituições eram relacionadas à recreação, como jogos, músicas, canto, dança, bibliotecas e festivais. Havia também assistência médica, a distribuição do copo de leite e de frutas, o que beneficiava as crianças desnutridas e anêmicas. Tais serviços de assistência produziram resultados como o aumento da frequência das crianças de ano para ano.

Foi na gestão de Fábio Prado (1934 – 1938) que aconteceu a criação do Departamento de Cultura e Recreação. Este Departamento foi implantado por intelectuais modernistas com o objetivo de transformar a sociedade por meio da cultura, tendo na infância e na classe operário os seus principais focos. A direção do Departamento de Cultura foi oferecida a Mário de Andrade, um dos principais renovadores da cultura brasileira da primeira metade do século XX que, portanto, possuía a preocupação de universalizar o acesso à cultura em todos os seus aspectos, mesmo que estivesse embutido em uma política assistencial.

Duarte apud Faria escreve sobre a experiência de Mário de Andrade no Departamento de Cultura:

Porque para dirigir uma instituição dessa categoria, difícil de ser compreendida num meio ainda pouco mais permeável à verdadeira cultura, precisava ser o que Mário de Andrade foi, isto é, um homem que, pela obra, abandonasse tudo. Deixasse de ser jornalista, deixasse de ser professor. Era preciso ser só Departamento de Cultura, tornando-se não como um bico a mais, não como um degrau para arranjos melhor retribuídos, tomando-o como *finalidade* no seu verdadeiro sentido filosófico de causa final. Era preciso apaixonar-se pelo DC, entregar-se inteiramente a ele, num amor de instinto de perpetuação da espécie cultural, capaz de morrer pelo amor, como MA morreu pelo DC. (2002, p.106)

Segundo dados do Departamento de Cultura no ano de 1936 os três primeiros parques da cidade de São Paulo apresentavam o registro de 782.294 matriculados. O Departamento de Cultura cuidou da construção de mais unidades pela grande São Paulo, proporcionando para as crianças paulistanas logradouros públicos nos quais, segundo o Departamento de Cultura, passavam pelos mais modernos princípios da recreação visando a formação da sociedade de amanhã, baseada no fortalecimento constante da consciência nacional e dos ideais da solidariedade humana.

No Estado de São Paulo os Parques foram dirigidos por Mário de Andrade de 1935 até 1938, que em sua gestão trouxe elementos do folclore nacional, cultura, artes e jogos, sendo uma nova referência para a educação. Os Parques eram vinculados ao Departamento de Cultura e Nicanor Miranda foi quem assumiu a chefia da divisão de Educação e Recreio, cargo este que ocupou até o ano de 1945. Nicanor escreveu livros como “A origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos”, no ano de 1941.

No livro, Miranda ressalta a criação de instituições para as crianças como os jardins de infância buscando a educação não só familiar, mas também pelo Estado, proporcionando às crianças algumas horas diárias de convivência com a comunidade infantil. Miranda aponta que, embora os parques infantis tenham sido fortemente propagados na América, várias nações européias se interessaram pelo tipo de instituição extra-escolar.

O Brasil também se interessou pela instituição e, em São Paulo, no início da década de 1940 já existiam 7 parques infantis que funcionavam como parques de jogos durante o dia, destinado ao público de 3 a 12 anos e Clube de Menores Operários à noite, para os jovens de 13 a 21 anos. Os serviços realizados pela instituição eram custeados pela prefeitura municipal da cidade, pela verba do Departamento da Cultura.

No interior do Estado no início da década de 1940 já existiam 3 parques em funcionamento, nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Marília e outros 3 estavam em fase final de construção, um deles sendo o Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” da cidade de Araraquara.

Os parques infantis possuíam como proposta de educação a recreação e o jogo, prestando também toda assistência considerada necessária às crianças, realizando atendimento à criança filha de trabalhadores paulistanos. O sistema contava também com assistência médica, pois os argumentos da época eram que as crianças das classes menos favorecidas possuíam no mínimo 2 ou 3 moléstias contagiosas. Outro objetivo da instituição era com relação à alimentação, pois as crianças, eram em sua maioria, desnutridas. Nota-se com isso a importância dada em conjunto à higiene, educação física e assistência social, já que os objetivos dos parques infantis eram: assistir, educar e recrear.

Segundo Nicanor Miranda (1941): “Todos os trabalhos nos Parques Infantis de S. Paulo visavam realizar aqueles ideais modernos de educação que alguns cientistas contemporâneos resumem em saúde, beleza, bondade e sabedoria (...)” (p. 21). Mas ainda, segundo o autor e também chefe da divisão de Educação e Recreio, ainda existia muito para ser feito para os benefícios das crianças que vivem algumas vezes em situação de miséria.

Segundo texto de Dante Costa (1945) o terreno para construção dos parques, variava de acordo com as condições locais, os terrenos planos eram mais adequados, no centro do terreno deveria ter um espaço livre para as crianças correrem e brincarem. O espaço deveria ser privilegiado com uma grande área verde e o terreno deveria ser cercado com um gradeado de arame baixo, para que as crianças não se sentissem prisioneiras.

Os parques deveriam ainda possuir uma casa pequena com galpão coberto, um médico da cidade deveria se associar ao parque e fazer exame sumário da saúde das crianças matriculadas ou dos candidatos à matrícula. Na área coberta deve haver ainda, esguichos de água, bicas, instalações sanitárias, bancos e mesinhas.

As principais atividades desenvolvidas eram os jogos e brincadeiras como “esconde-esconde”, “chicote-queimado”, peteca, voleibol, jardinagem, costura para as meninas, festas cívicas, historietas ou cantos populares em coro. O parque foi a primeira instituição a possibilitar o uso da ginástica no meio civil, com o objetivo de formar seres “fortes, vigorosos e bons”. Os esportes possuíam grande relevância nas instituições e o

futebol era alvo de maior valorização entre eles. Segundo Carlos Niemeyer (2002), o esporte também contribuía para alienação política das massas sendo um meio eficaz para o controle social.

Apesar de apresentar algumas características assistenciais e também disciplinadoras, os parques infantis apresentaram-se com um projeto alternativo, sendo não-escolar, buscando a garantia das crianças filhas de famílias de operários terem um espaço para brincar, sendo esta proposta uma base para se pensar em uma nova pedagogia, que centrou o ensino na criança.

Os parques infantis garantiram que filhos e filhas de operários tivessem a oportunidade de ser crianças. Os parques infantis, segundo Ana Lúcia G. de Faria (2002), proporcionaram uma educação de qualidade, tratando as crianças diferentemente dos adultos, proporcionando atividades lúdicas, através de jogos e brincadeiras tradicionais do folclore construindo assim a cultura infantil. Mário de Andrade possuía um olhar diferenciado para a infância e para a importância do brincar.

A autora defende a idéia de que:

Apesar dos PIs e do próprio DC servirem para disciplinar o lazer da classe operária ele também garante o direito ao tempo livre através do espaço público planejado para esse fim. Destacando a criança em idade pré-escolar, esse direito ainda assume maiores proporções, pois a recreação planejada, observada e estudada pode ser entendida como uma forma de garantir o direito à própria infância (já que, em se tratando de classe operária essa situação – a situação infantil, o direito de ser criança – não existe). (FARIA, 2002, p. 84).

Os parques infantis do Departamento da Cultura da Prefeitura de São Paulo integraram o projeto governamental de educação não escolar para as crianças das famílias operárias, nos seus primeiros três anos (1935 – 1938) durante a gestão de Mário de Andrade. O grande poeta brasileiro foi um dos idealizadores do Departamento da Cultura durante a gestão do prefeito Fábio Prado, criando vários programas para o operariado, dentre eles o parque infantil.

Mário de Andrade buscava garantir o direito das crianças a brincar, possibilitando a construção espontânea do conhecimento e para isso os parques possuíam como principais objetivos o assistir, o educar e o recrear. O escritor propõe a criação de uma instituição diferenciada, rica em diversidade cultural e que inaugurou o atendimento público do país

aos filhos e filhas de operários possibilitando o afastamento das crianças do trabalho, pois enquanto estas estavam no parque, encontravam-se longe das fábricas.

A maior preocupação dos parques não era quanto ao preparo das crianças para a vida escolar, pois não possuíam disciplinas em seus currículos e não atuavam na pré-alfabetização das crianças, pois tinham como foco o aspecto lúdico, o desenvolvimento das crianças por meio das artes, das brincadeiras e jogos, para que as crianças não deixassem de ser crianças, complementando o aluno formado pela escola. As instrutoras do parque deveriam brincar com as crianças, ensinar algumas brincadeiras e preservar as brincadeiras tradicionais folclóricas para a formação da identidade brasileira.

Segundo Niemeyer (2002) as atividades eram realizadas com a divisão de horários, sendo: horário da ginástica, do recreio, do lanche, hora da roda cantada e das cantigas folclóricas, hora do banho, do almoço, das tarefas, hora de verificar a saúde e hora da contação de histórias.

Os parques infantis possuíam uma ótima proposta educacional para a construção de uma identidade nacional e isto se realizava a partir das manifestações do folclore, da arte e da cultura brasileira, como por exemplo, a cantiga de roda é uma brincadeira rica em aprendizagem, pois estimula não só o movimento do corpo, como também desenvolve a memória, o raciocínio e interesse pela música e dança, ou seja, proporciona o a utilização do corpo e da mente.

O próximo capítulo tratará especificamente do Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” que foi a primeira instituição que atendeu crianças com idade inferior a 7 anos de idade na cidade de Araraquara.

CAPÍTULO 4 - O PARQUE INFANTIL “LEONOR MENDES DE BARROS”

Em Araraquara, interior do Estado de São Paulo, a primeira unidade escolar - o Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” - destinada ao atendimento de crianças com idade inferior a sete anos foi inaugurado no ano de 1941. O Parque foi construído para proporcionar às crianças, procedentes de famílias de baixa renda, a oportunidade de serem abrigadas enquanto seus pais se ocupavam das atividades produtivas. Os estudantes atendidos pela população situavam-se na faixa etária de 3 a 12 anos de idade.

Um segundo parque infantil foi inaugurado na cidade dez anos depois, no ano de 1951, e uma terceira unidade foi instalada no ano de 1969, portanto vinte e oito anos depois do primeiro parque. Até 1970 os parques infantis funcionavam de acordo com sua proposta original, as atividades desenvolvidas voltavam-se principalmente para a recreação e nem sempre os professores eram habilitados. As turmas eram dirigidas por um auxiliar que muitas vezes, possuía apenas o curso primário.

Neste mesmo ano de 1970 foram criadas classes de pré-primário nas unidades denominadas de parque infantil, que passaram a ser chamados de Centros de Educação e Recreação (CER). Essas classes eram destinadas às crianças de 6 anos. No ano de 1971 instalou-se na prefeitura de Araraquara a Diretoria da Educação e Cultura, que possuía a preocupação com a evasão escolar na antiga primeira série do primeiro grau, causada pelo fato de as crianças terem que fazer trabalhos domésticos ou cuidarem dos irmãos/ãs pequenos/as. Essa diretoria constituiu-se em um órgão totalmente voltado para a educação.

No ano de 1972 foi construído mais um Centro de Educação e Recreação, e todos os CERs possuem subdivisão dos alunos em grupos de classe e faixa etária específicas e também ocorreu a inclusão dos berçários para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade.

Em 1977, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), órgão vinculado à Secretaria do Estado de São Paulo, elaborou uma série de propostas de atuação pelo serviço de educação pré-escolar. Neste momento o poder público municipal passa a adotar o modelo pedagógico para a educação pré-escolar há uma maior preocupação com o atendimento de crianças com idade inferior a 7 anos. No ano de 1982 mais cinco centros de educação e recreação são construídos na cidade, atendendo crianças de 0 até 6 anos de idade.

A partir dessa retrospectiva sobre as instituições infantis de ensino em Araraquara, é possível observar que o Parque “Leonor Mendes de Barros”, por ser o primeiro da cidade e um dos primeiros do Estado, foi precursor do Programa de Educação Infantil na cidade.

O nome do Parque “D. Leonor Mendes de Barros” foi dado em homenagem à esposa de Adhemar Pereira de Barros, influente político brasileiro entre as décadas de 1930-1960, que foi prefeito da cidade de São Paulo e por dois mandatos governador do Estado de São Paulo. O Parque foi construído num espaço de 25.204,06 m² com uma área construída de 645,30 m². A planta da instituição foi localizada no arquivo da escola e encontra-se nos anexos do trabalho. A seguir apresento uma foto da instituição no início de sua implantação:



O parque foi uma das grandes realizações da prefeitura municipal da cidade, com a finalidade de assistir, recrear e educar as crianças. Alguns registros apresentam que o Parque foi lançado em agosto de 1939, sendo oficialmente inaugurado no ano de 1941. Mas, segundo outros documentos e o relato do ex-parqueano Genésio Deliza⁴, a instituição iniciou o atendimento às crianças no ano de 1941.

⁴ Genésio Deliza frequentou a instituição desde o primeiro ano de atendimento às crianças.

O Parque Infantil, apesar de possuir um caráter cultural e assistencial, estava fortemente ligado ao projeto de urbanização devido ao início da urbanização e também pelo aumento de fábricas e indústrias. Na cidade, grande parte da população trabalhava na antiga Ferrovia Paulista SA (FEPASA). A Ferrovia se expandiu na região de Araraquara acompanhando a expansão cafeeira no final do século XIX. Com isso, a cidade intensificou seu fluxo migratório, o crescimento urbano e o mercado consumidor.

A orientação técnica estava a cargo do Departamento de Educação Física e Esportes do Estado com o objetivo de recolher as crianças e oferecer a elas algum tipo de recreação, sendo esta instituição de caráter assistencial. As turmas eram numerosas e heterogêneas, no ato da matrícula as crianças já recebiam um número, com o qual eram identificadas durante a sua permanência na unidade e também servia para o controle de frequência, controle este que era feito pelo porteiro, através do número da criança que era gravado em seu uniforme.

O ex-parqueano Genésio Deliza⁵, pessoa que tive o prazer de entrevistar, lembra muito bem seu número de inscrição: “*Eu já entrei logo no primeiro ano da instituição e a minha inscrição foi de número 18*”. Genésio foi matriculado no Parque no primeiro ano de instalação da instituição e recorda esta época como sendo a melhor fase de sua vida.

Segundo os estudos de Faria (2002) as atividades desenvolvidas nos parques eram danças com conteúdo folclórico, assim como os jogos tradicionais e também o teatro, eram atividades baseadas nas tradições populares brasileiras os professores trabalhavam músicas folclóricas cantigas de roda . Segundo relato do ex-parqueano Genésio as atividades mais realizadas no P. I. “Leonor Mendes de Barros” eram:

As crianças que gostavam de trabalhar, cuidavam da horta eu cuidava do canteiro da abobrinha, então meu apelido era abobrinha e eu era meio “fortinho”, e me chamavam de abobrinha.(...) A gente brincava de joguinhos, aquele das varetinhas, dado, fazíamos caminhadas, jogos, corridas de sacos, jogava bastante bola, a gente ficava ocupado o dia todo. Para as meninas tinha bordado estas coisas, mais a gente nem tinha uma intimidade com as meninas, e cada um brincava com uma coisa, mais os meninos não se misturavam com as meninas não. (...)A gente fazia algumas festas como natal, festa junina e festas cívicas

⁵ A entrevista completa encontra-se no apêndice deste trabalho.



Foto das crianças na horta do Parque

Quanto às atividades folclóricas que eram realizadas no Parque, Genésio contou que:

Eu não me lembro, tinha roda de cantiga mais eu nunca fui bom nisso eu não gostava muito. Tinha brinquedo como bola, boneca, varetinha. Nós gastávamos muito de tomar banho, era aquele banheiro coletivo nós passávamos sabonetes no chão e brincávamos de escorregar.

Outra característica do Parque era o zelo pela saúde da criança, sendo o relato de Genésio: “Com o parque, as professoras começaram a dar uma orientação melhor pra gente, sobre higiene, porque naquela época a gente tomava banho no rio, então começou a ensinar noções básicas de higiene, alimentação, de saúde, a gente ia ao dentista”. Quanto ao atendimento médico e odontológico Genésio conta que:

Logo que entrava, na matrícula, a gente passava pelo médico, depois de vez em quando a gente passava por ele. O médico olhava a garganta e a pele. O dentista não era dentro do Parque a gente ia ao consultório dele, a gente era escalado, nossa e nesse dia era uma choradeira, ninguém queria ir ao dentista.

Segundo Almeida (1948) pesquisas mostram que as crianças frequentadoras do parque eram em sua maioria desnutridas, com isso foi instituída no Parque a merenda diária que continha frutas, pão, leite e sopas. Quanto a alimentação Genésio narrou que: “*A dona Isabel era quem tomava conta da merenda e ela fazia uma sopa de fubá com legumes que era uma delícia!*”

Para Almeida (1948) o Parque Infantil, foi por excelência um núcleo social de assistência à infância que possuía a preocupação de levar para aqueles pequeninos seres desprotegidos da fortuna, a alegria e o conforto que lhe foram negados por circunstâncias adversas. Tal instituição possuía um caráter assistencialista, mas segundo o relato do ex-parqueano Genésio, o Parque também apresentava atividades de leitura e escrita e confessou que o parque lhe deu uma boa preparação para cursar o grupo escolar. Genésio relata que:

A gente aprendia noção de higiene e tinha leitura também. E eu tinha dificuldade no começo na leitura, então as professora, foram muito boas, me ajudaram muito, a gente lia livrinhos, historinhas. A gente até escrevia. Nós tínhamos aula de caligrafia. Elas ensinavam a posição da mão pra escrever, a postura, tudo coisa que ensinavam no Parque.

O lazer e o tempo livre eram considerados importantes, com isso, os espaços públicos como as praças e os jardins eram considerados locais de grande valor para o lazer. Esse Parque Infantil foi construído na praça, que posteriormente recebeu o nome de Major Mendes de Barros. Hoje o antigo Parque é cercado por palmeiras Babaçu, a praça possui uma pista asfaltada que é usada para caminhadas, em alguns locais da calçada, aparecem pegadas de animais pré-históricos que possuem mais de cem milhões de anos.

O local é de grande importância para a cidade e deu uma contribuição histórica imensa, deixou saudades para o querido Genésio que considera o estudo sobre a história da cidade de grande importância. Para o ex-parqueano:

É muito importante estudar não só a história do Parque, mas tudo que é de fato marcante para a cidade, para a história de Araraquara. (...). Acho muito importante preservar a história da cidade. São fatos marcantes que precisam ser lembrados. (...). É legal este trabalho, porque não é tudo mundo que dá este valor para essas coisas da cidade.

No próximo item do trabalho procuro realizar a conclusão desta pesquisa e também relacionar esta experiência com o término da minha graduação em pedagogia.

CONCLUSÃO

A minha intenção foi entender a importância dos estudos sobre instituições escolares, estudar a política pública geral da implantação dos parques infantis, para posteriormente compreender a implantação do Parque “Leonor Mendes de Barros” em Araraquara. Infelizmente as poucas fontes encontradas contribuíram para a falta de riqueza dos detalhes no entendimento do Parque, mas mesmo assim procurei apresentar tal instituição, pois essa trouxe contribuições para a infância de uma época.

Estudar a infância e suas instituições é de grande relevância não só pedagógica, como também social, pois possibilita compreender as condições em que as crianças estavam sujeitas em tal contexto. A partir da história das instituições para as crianças com idade inferior a sete anos é possível compreender não só o papel da educação e da criança, como também as condições sociais e econômicas de tais instituições. A educação é elemento indispensável da história da produção e reprodução da vida social.

Propor-se a reconstruir a história das instituições escolares brasileiras implica em admitir a existência dessas instituições, que principalmente pelo caráter durável, possuem uma história que deve ser de conhecimento de todos.

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar a existência histórica de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, apud GATTI JR; PESSANHA, 2005, p. 80)

Pesquisar a história dos parques infantis e especificamente a do Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros”, é de grande relevância à pedagogia. A dedicação atribuída para que estas instituições atendessem às crianças de forma adequada propiciando uma infância saudável e prazerosa fazem com que se conclua que estas instituições muito contribuíram para a infância brasileira neste período.

Os Parques Infantis foram um projeto moderno e social, oferecido dentro de uma política cidadã de desenvolvimento urbano, com o objetivo de alimentar a “cultura do espírito”, como disse seu idealizador, o poeta Mário de Andrade, privilegiando interesses lúdicos e culturais fortemente presentes em uma planta arquitetônica de poucas salas (nenhuma de aula) e muitas árvores, areia e brinquedos... (NIEMEYER, 2002, p. 174)

O início da industrialização é característica da institucionalização da criança, o reforça a relação entre o trabalho e a educação. Se os Parques não possuíam um caráter educacional, sendo uma instituição predominantemente assistencial que cuidava dos filhos de trabalhadores enquanto estes estavam trabalhando. Pelo menos as instituições tiraram crianças do trabalho garantindo que estas tivessem direito à própria infância.

Entretanto considero que essas instituições educativas, mas não escolares, tiveram um forte impacto social e contribuíram para a garantia da oportunidade de ser criança, possuindo uma arquitetura privilegiada, favorecendo o contato com a natureza e dando ênfase ao brincar.

A educação infantil é vista ainda, por uma maioria, como uma educação assistencial, ligada à dicotomia entre o educar e o cuidar. Isto se reflete até nos baixos números de pesquisas realizadas nesta área, uma das justificativas desse desinteresse pelas pesquisas da educação infantil se deve ao fato dessas instituições estar vinculadas a órgãos de serviço social e não ao sistema educacional.

Com isso, considero que este trabalho foi de importante para a minha formação, sendo de extrema importância a atuação mais firme junto aos cursos de pedagogia transformando-os em espaços de estímulo às pesquisas e aos estudos educacionais, pois o curso de pedagogia deve estar ligado a tríade pesquisa, ensino e extensão, unindo a teoria com a prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Nelson Martins. *Álbum de Araraquara 1948*. Estado de São Paulo: 1ª ed.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Isabel Moura...[et al.], (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 151-164

_____, Ester. Práticas e fontes de pesquisa em história da educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio. INÁCIO FILHO, Geraldo. (orgs). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2005, p.105-116

_____, Ester. *A questão das fontes de investigação em história da educação*. In Série- Estudos – Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB, n. 12 (dezembro 2001). Campo Grande: UCDB, 1995, p. 79-86.

COSTA, Dante. *Parques Infantis para cidades do interior*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Departamento Nacional da Criança), 1945. 8 p.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. *Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.

_____. *Contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil*. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttest&pid=s0101-73301999000400004>. Acesso em: 25/03/2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio. INÁCIO FILHO, Geraldo. (orgs). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2005, p. 71-90.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 4ª ed. Porto alegre: Mediação, 1998. 210 p.

MAGALHÃES, Justino. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio. INÁCIO FILHO, Geraldo. (orgs). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2005, p. 91-104

MIRANDA, Nicanor. *Origem e propagação dos parques infantis e parques dos jogos*. São Paulo: Departamento da cultura, 1941. 24 p.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002. 186 p.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Departamento de Cultura Parques Infantis. São Paulo: Departamento de Cultura, [s.d.].